

INDICAÇÃO PARA PARECER PELA COMISSÃO DE DIREITO

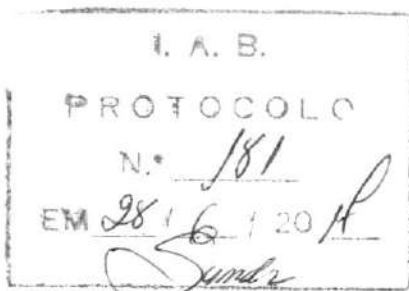
EMPRESARIAL

043/2014

anexa a petição.

SS 28/6/17

RecBj



EMENTA: O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3687/2012 do Deputado João Gualberto (PSDB-BA), propondo a alteração do inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Palavras-chave: Alteração, Lei de Registro Público de Empresas Mercantis, exigência, instrução, pedido, arquivamento, baixa, empresa mercantil, Junta Comercial, inclusão, instrumento público, transformação, capital social, incorporação, cisão, fusão, empresa, autorização, convênio, Conselho Regional de Contabilidade, criação, banco de dados, inscrição, meio eletrônico, cadastramento, entidade, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), exame, guarda, documento, comprovação.

Ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3687/2012 pretende, através da alteração do inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934 de 1994 e do acréscimo do inciso III, respectivamente, acrescentar a via de transformação societária, alteração de capital, incorporação, cisão e fusão para fins de andamento do processo de pedido de arquivamento e autorizar convênio com os Conselho Regionais de Contabilidade para que os contabilistas,

por meio eletrônico, efetuem a inscrição de entidades no CNPJ, bem como exame e guarda de documentos.



A justificativa para a alteração desses dispositivos é pautada na tentativa de redução da burocracia do sistema brasileiro no que tange o registro, alteração ou extinção das empresas.

Portanto, o que se pretende com as referidas alterações da Lei, especialmente, com a criação de convênio com os Conselho Regionais de Contabilidade para que os contabilistas efetuem a inscrição de entidades no CNPJ por meio eletrônico, é agilizar o processo de abertura ou encerramento de uma empresa no País

Pelo exposto, diante da relevância do tema tratado pelo Projeto Lei nº 3687/2012, espera-se que seja reconhecida a sua pertinência, designando-se relator para emissão de parecer a ser examinado pelo Plenário desta Casa.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2016.


JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA

OAB/RJ 52.359



PROJETO DE LEI Nº 368f, DE 2012
(Do Sr. Irajá Abreu)

Altera o inciso I do artigo 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.

I - o instrumento original de constituição, modificação, transformação societária, alteração de capital, incorporação, cisão, fusão ou extinção de empresas mercantis, assinado pelo titular, pelos administradores, sócios ou seus procuradores; " (N.R)

Art. 2º O art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 37.

III – celebrar, em nome da União, convênio com os Conselhos Regionais de Contabilidade, para constituição de um banco de dados de contabilistas ativos e regulares, seu treinamento e habilitação para



efetivarem a inscrição, por meio eletrônico, com o emprego de senha ou assinatura digital, de entidades no cadastro de que trata o inciso anterior ou no atual Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, bem como exame e guarda de documentos, nos prazos legais, para eventual comprovação, dispensando-se a prévia remessa de documentos em papel.” (AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Por um dever de honestidade intelectual, queremos deixar registrado que esta proposição é decorrente da reapresentação das ideias contidas em dois bons projetos de leis que tramitaram nesta Casa em legislaturas passadas, mas que, por força de dispositivos regimentais, foram definitivamente arquivados.

No entanto, pela importância e qualidade que seus conteúdos apresentavam, estamos incorporando em grande parte os termos dos PL nº 4.345, de 2004, de autoria do ex-Deputado Osório Adriano, e nº 7.007, de 2006, do ex-Deputado Ailton Roveda.

É por demais sabido que o nosso país tem perdido competitividade internacional e investimentos internos e externos, tal fenômeno resulta da parafernália burocrática das normas e exigências que são estabelecidas para fins do registro, alterações ou extinção das empresas.

Estudos têm revelado que é mais demorado e difícil abrir ou encerrar uma empresa no Brasil, quando comparado com a realidade vigente em muitos outros países com economia similar à brasileira.

Não raras vezes, o empreendedor nunca consegue abrir ou fechar uma empresa devido às pendências, sempre em consequência de exigências normativas impostas por órgãos fiscais, seja no âmbito da Receita Federal ou dos Fiscos estaduais, em que pese hoje esses órgãos estarem, quase todos, interligados com as Juntas Comerciais por meio de um avançado sistema informatizado.



É frequente se condicionar o andamento do processo de arquivamento da documentação societária nas Juntas Comerciais, especialmente nos casos de incorporação, cisão, fusão ou extinção de empresas, à apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito negativo de débitos com tributos, seja da empresa ou de seus titulares e sócios.

Tais certidões muitas vezes resultam negativadas em razão da existência de débitos inexistentes ou já pagos, cuja comprovação, entretanto, é sempre exigida do contribuinte, que se sujeita a prolongados transtornos e procedimentos extremamente burocráticos até conseguir a necessária regularização.

Esses procedimentos, por repetidas vezes, são renovados, uma vez que as certidões fornecidas têm prazo de validade extremamente restrito. Assim, frequentemente essas certidões se tornam vencidas em absoluta assincronia com os prazos determinados pela Junta Comercial para reapresentação da documentação regularizada. Resta, portanto, ao contribuinte o inútil esforço de tentar obter o registro rápido dos documentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

A Lei nº 8.934/1994, em seu artigo 37, já especifica o rol de documentos que deverão instruir obrigatoriamente os pedidos de arquivamento dos atos de constituição, modificação ou extinção das empresas mercantis, nos órgãos de registro público.

Entretanto, a atual redação do inciso I do citado artigo tem deixado margem à interpretação dúbia, resultando a aplicação de normas conflitantes pelas Juntas Comerciais. Apesar da burocracia exigida, o entendimento de alguns especialistas é de que tal norma impede a exigência de qualquer outro documento além daqueles nele mencionados, inclusive no caso de “constituição, modificação ou extinção de empresas mercantis”, conforme estabelecido nesse inciso I.

Todavia, as Juntas Comerciais, a nosso ver extrapolando o mandamento legal, estabelecem outras exigências – frise-se infralegais e extralegais! - previstas nas Instruções Normativas nºs 88 e 89, de 02 de agosto de 2001, do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC.



Nesse sentido, cita-se como exemplo desse abuso normativo, o que determina o art. 24 da Instrução Normativa - DNRC nº 88, de 02 de agosto de 2001, que assim dispõe:

“Art. 24. Os pedidos de arquivamento dos atos de transformação de tipo jurídico, incorporação, fusão e cisão de sociedade serão instruídos com as seguintes certidões:

I – Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, para com a Fazenda Nacional, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

II – Certidão Negativa de Débito – CND, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – do INSS;

III – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

IV – Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.”

No mesmo diapasão, o art. 1º da Instrução Normativa - DNRC nº 89 também extrapola, a nosso ver, e assim dispõe:

“Art. 1º Os pedidos de arquivamento de atos de extinção ou redução de capital de firma mercantil individual ou de sociedade mercantil, bem como os de cisão total ou parcial, incorporação, fusão e transformação de sociedade mercantil serão instruídos com os seguintes comprovantes de quitação de tributos e contribuições sociais federais:

I – Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais para com a Fazenda Nacional, emitida pela Receita Federal;

II – Certidão Negativa de Débito – CND, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

III – Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

IV – Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.



§ 1º A certidão de que trata o inciso II será também exigida quando houver transferência de controle de quotas no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada;

§ 2º Sujeitam-se também ao disposto neste artigo os pedidos de arquivamento de atos de extinção, desmembramento, incorporação e fusão de cooperativa.”

Ora, pela atenta leitura dos dois dispositivos infralegais supramencionados, claramente constata-se que o Poder Executivo, representado pelo DNRC, extrapola o mandamento legal supracitado, em flagrante dissintonia com o espírito desburocratizante do legislador ao editar a norma em questão.

Ademais, tal entendimento fica inequívoco quando se observa que os casos de “transformação de tipo jurídico, incorporação, fusão e cisão de sociedade” conforme previsto no artigo 24 da IN nº 88 e de “extinção ou redução de capital de firma mercantil individual ou de sociedade mercantil, bem como os de cisão total ou parcial, incorporação, fusão e transformação de sociedade mercantil” conforme previsto no art. 1º da IN nº 89 acima citados, implicitamente são absolutamente abrangidos pelo que está disposto no art. 37, inciso I, da Lei em foco, com a qual assim conflitam.

Para o entendimento jurídico seguramente pacificado, na verdade é certo que os atos de “transformar, incorporar, fundir e cindir” já estão implícitos no termo “modificar”, bem como o ato de alterar o capital. No entanto, pelo absurdo das exigências burocráticas, cabe a indagação indignada: o que são estes atos se não modificações do instrumento original de constituição?

No processo de incorporação, cisão ou fusão a sociedade extinta passa a ter na figura da sucessora, incorporadora, cindida ou fusionada, a responsabilidade que juridicamente lhe são transferidas pelas obrigações preexistentes com terceiros.

Não há da parte do Fisco nenhuma dificuldade de prosseguir a cobrança de seus créditos tributários porventura existentes.

E também no caso da extinção definitiva da empresa, o liquidante ou as pessoas naturais dos titulares ou sócios continuam a responder legalmente por tais obrigações.



Desse modo, não há absolutamente razão para que os órgãos das Receitas, na esfera Federal ou Estadual, impeçam o registro mercantil dos citados atos pelas Juntas Comerciais, porquanto já existem os meios administrativos e judiciais amplamente utilizáveis, para fins de execuções de cobranças de créditos tributários dos legítimos devedores.

Quanto ao art. 2º de nossa proposição, quando se propõe o acréscimo de um novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250/95, pretende-se também oferecer mais um instrumento legal que permita agilizar sobremaneira o processo de abertura ou encerramento de uma empresa no País.

Atualmente, ao receber o pedido de inscrição de uma entidade junto ao CNPJ, via internet, a Receita Federal do Brasil, verificando não haver pendências impeditivas em relação aos sócios, valida o pedido do contabilista num prazo de até duas horas. Então, devolve o deferimento do pedido, por meio de um documento a ser assinado pelo sócio-gerente da empresa, cuja firma deverá ser reconhecida. Esse documento será então encaminhado à Receita Federal do Brasil, pelos Correios, juntamente com a documentação da empresa, em fotocópias autenticadas.

Ainda que os receba por SEDEX, num prazo de três a quatro dias, a Receita Federal do Brasil precisa analisar e validar os documentos, após o que os descarta, fornecendo o número do CNPJ pela internet, o que acaba elevando a duração do processo para, em média, trinta dias.

O propósito no acréscimo de um novo inciso é permitir, por meio de convênios, a exemplo daqueles já previstos no inciso II do art. 37 da Lei nº 9.250/1995, que os CRC forneçam informações às Receitas, nas esferas Federal e Estadual, para constarem de um amplo e atualizado banco de dados, contendo a relação dos contabilistas ativos e regulares em todo território nacional com aquelas autarquias.

A ideia é permitir que esses profissionais venham a ser devidamente treinados e habilitados para examinar a documentação pertinente necessária à inscrição e efetivá-la, por meio eletrônico (via internet). Por certo, os contabilistas envolvidos firmarão um termo de responsabilidade e ficarão sujeitos à fiscalização dos documentos hábeis, dentro dos prazos definidos em lei.



Assim, o contabilista, de posse de uma senha ou identificação por assinatura digital, faria o pedido de inscrição via internet e assinaria o respectivo "Termo de Responsabilidade", responsabilizando-se pelo exame e guarda dos documentos pertinentes; o Fisco, verificando não existirem restrições impeditivas dos sócios, forneceria o número do CNPJ ou cadastro único.

Como exemplo de que esse modelo pode ser bem sucedido na prática, cita-se o caso verificado no Estado do Paraná, no qual o Conselho Regional de Contabilidade, com o apoio das demais entidades de contabilistas, firmou convênio com a Receita Estadual e as Receitas Municipais, permitindo que aqueles profissionais emitam o "alvará comercial" diretamente de seu computador. Desse modo, os contabilistas são responsáveis pelo cadastramento de informações no "site" da Receita Estadual, que contém mecanismos para verificar a existência de restrições impeditivas e, caso contrário, liberar o número de inscrição no mesmo instante.

O sistema da Receita Federal do Brasil já faz a emissão "on line" das certidões negativas de débitos de pessoas físicas e jurídicas, estando também preparado para validar os pedidos de inscrição e emissão do número do CNPJ, na forma acima descrita.

Finalmente, entendemos que a aprovação desta proposição permitirá o aperfeiçoamento desses procedimentos burocráticos, fazendo com que a Câmara dos Deputados dê mais uma rica contribuição ao País, desta feita no sentido de deburocratizar verdadeiramente a abertura e o encerramento ("baixa") de empresas no Brasil, em prol do desenvolvimento dos setores produtivos de nossa economia e se aproximando de países que já apresentam sistemas mais modernos e eficientes.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Irajá Abreu

PL 3687/2012

Projeto de Lei



Situação:

Identificação da Proposição

Autor

Irajá Abreu - PSD/TO

Apresentação

12/04/2012

Ementa

Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País.

Explicação da Ementa

Acrescenta o instrumento original de transformação societária, alteração de capital, incorporação, cisão e fusão para fins de andamento do processo de pedido de arquivamento ou extinção das empresas e autoriza convênio com os Conselhos Regionais de Contabilidade para que os contabilistas efetuem a inscrição de entidades no CNPJ, bem como exame e guarda de documentos.

Informações de Tramitação

Forma de Apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de
Tramitação**
Ordinária

Despacho atual:

Data	Despacho
02/05/2012	Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

Última Ação Legislativa

Data	Ação
12/02/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-503/2015.
13/07/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Lelo Coimbra. O parecer do Relator, Dep. João Gualberto, passou a constituir Voto em Separado.

Documentos Anexos e Referenciados

- Avulsos
- Destaques (0)
- Emendas ao Projeto (0)
- Emendas ao Substitutivo (0)
- Histórico de despachos (1)
- Legislação citada
- Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (6)
- Recursos (0)
- Redação Final
- Mensagens, Ofícios e Requerimentos (1)
- Relatório de conferência de assinaturas
- Dossiê digitalizado



Pareceres Aprovados ou Pendentes de Aprovação

Comissão	Parecer
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)	<p>08/05/2013 - Parecer Reformulado, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE), pela aprovação.</p> <p>10/07/2013 01:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p>
Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	<p>13/07/2016 - Parecer Vencedor, Dep. Lelo Coimbra, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.</p> <p>13/07/2016 01:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Lelo Coimbra. O parecer do Relator, Dep. João Gualberto, passou a constituir Voto em Separado.</p>
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	-

Tramitação

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Data ▼	Andamento
--------	-----------

12/04/2012 **PLENÁRIO (PLEN)**

- Apresentação do Projeto de Lei n. 3687/2012, pelo Deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que: "Altera o inciso I do artigo 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País".

12/04/2012 **COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

- Publicação inicial no DCD do dia 13/04/12 PÁG 11736 COL 01.

02/05/2012 **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

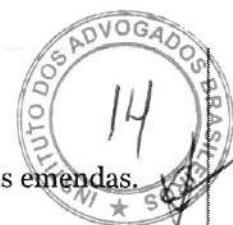
- Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e

Data ▼	Andamento
	Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária
02/05/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> Publicação do despacho no DCD do dia 03/05/2012
07/05/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> Encaminhada à publicação. Avulso Inicial
08/05/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Recebimento pela CDEIC.
16/05/2012	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Requerimento de Apensação n. 5287/2012, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que: "Requer a apensação dos Projetos de Lei n.º 3616/2012 e 3687/2012".
29/05/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE)
31/05/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 01/06/2012)
14/06/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
07/03/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Antonio Balhmann (PSB-CE). Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE), pela rejeição.
13/03/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta a requerimento do Deputado Guilherme Campos.
20/03/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta pelo Relator.
03/04/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária





Data ▼	Andamento
	<ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta, de ofício.
10/04/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta, de ofício.
10/04/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Devolvido ao Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE), para refazer o parecer. Devolvido ao Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE)
08/05/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Parecer Reformulado, PRR 1 CDEIC, pelo Dep. Antonio Balhmann Parecer Reformulado, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE), pela aprovação.
05/06/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta, por três reuniões da Comissão, a requerimento do Deputado Guilherme Campos.
10/07/2013	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Discutiu a Matéria o Dep. João Maia (PR-RN). Aprovado por Unanimidade o Parecer.
11/07/2013	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> Parecer recebido para publicação.
11/07/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Recebimento pela CFT.
12/07/2013	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Publicado em avulso e no DCD de 13/7/2013, PÁG 31335 COL 01, Letra A.
22/08/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP)
23/08/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 26/08/2013)



Data ▼	Andamento
05/09/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
31/01/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
12/02/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-503/2015. ▪ Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-503/2015.
10/03/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Devolvida sem Manifestação.
17/04/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Designado Relator, Dep. João Gualberto (PSDB-BA)
02/06/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado João Gualberto (PSDB-BA). ▪ Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
09/06/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informativo sobre a adequação financeira e orçamentária.
01/07/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Devolvido ao Relator, Dep. João Gualberto, para reexame.
20/07/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CFT, pelo Dep. João Gualberto ▪ Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.
12/08/2015	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recebido informativo sobre a adequação financeira e orçamentária da CONOF.



Data ▼	Andamento
01/06/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Cury.
15/06/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta em virtude de aprovação de requerimento do Deputado Newton Cardoso Jr..
21/06/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Não deliberado face o encerramento da reunião por acordo dos Srs. Líderes.
06/07/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Extraordinária <ul style="list-style-type: none"> Retirado de pauta em virtude da ausência do relator.
13/07/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Rejeitado o Parecer Designado Relator do Vencedor, Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES) Parecer Vencedor, Dep. Lelo Coimbra, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
13/07/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Parecer Vencedor, PRV 1 CFT, pelo Dep. Lelo Coimbra
13/07/2016	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária <ul style="list-style-type: none"> Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Lelo Coimbra. O parecer do Relator, Dep. João Gualberto, passou a constituir Voto em Separado.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3473

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br



Ofício nº SE-1423/2017

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2017.

Prezado Consócio,

Referência: **Indicação nº 043/2017**, sobre Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3687/2012, de autoria do Deputado Irajá Abreu, que "Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País".

Comunicamos que o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros decidiu submeter a Comissão de Direito Empresarial a Indicação em referência.

Lembramos que, na forma do Regimento Interno, em seu artigo 86, o prazo para apresentação do parecer é de 30 (trinta) dias, e que deve ser precedido de ementa e encerrado com conclusões, em cópia impressa e, se possível, também, por meio virtual.

Reiteramos as expressões de estima e consideração.

Cordialmente,

Jackson Grossman

Secretário Geral

Excelentíssimo Senhor

Dr. José Gabriel Assis de Almeida

DD. Presidente da Comissão de Direito Empresarial

Av. Rio Branco, nº 109/21º andar

Cep: 20040-004 Rio de Janeiro RJ

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO EMPRESARIAL

PARECER



Aprova no parecer
de 23/11/17

fls. 17

Ementa: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3687/2012 do Deputado João Gualberto (PSDB-BA) que pretende alteração dupla no ordenamento jurídico nacional, no que respeita à lei de registro mercantil e à legislação acerca das informações a serem repassadas para a Receita Federal. Projeto de Lei propondo a alteração do inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Análise da constitucionalidade e plausibilidade do Projeto de Lei. Parecer opinando pela rejeição do Projeto de Lei mencionado.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de parecer acerca do Projeto de Lei n. 3687, de 2012.
2. Tal documento pretender alterar a Lei 8934/94 (registro público de empresas mercantis e atividades afins), bem como acrescentar novo inciso (III) ao art. 37 da Lei 9250/95, tudo colimando agilizar abertura e encerramento de sociedades empresárias no País.
3. No que concerne à Lei 8934/94, vejamos a alteração atualmente em vigor, coadunada com a proposta de alteração.
4. Eis a redação ora vigente:

Art. 37. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

I - o instrumento original de constituição, modificação ou extinção de empresas mercantis, assinado pelo titular, pelos administradores, sócios ou seus procuradores;

5. Vejamos agora a proposta de alteração:



Art. 37. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

I - o instrumento original de constituição, modificação, **transformação societária, alteração de capital, incorporação, fusão** ou extinção de empresas mercantis, assinado pelo titular, pelos administradores, sócios ou seus procuradores;(Destaques nossos).

6. Como pode se ver, propõe-se que, em relação aos pedidos de arquivamento de alterações societárias, também sejam obrigatórios os documentos probantes relativos à transformação societária, alteração de capital, incorporação e fusão, além das demais hipóteses já previstas originariamente.

7. Por sua vez, a alteração ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 1995, busca possibilitar que a Receita Federal do Brasil seja autorizada a celebrar, em nome da União, convênio com os Conselhos Regionais de Contabilidade, para constituição de um banco de dados de contabilistas ativos e regulares, com informações acerca de seu treinamento e habilitação, para efetivarem:

- a. a inscrição, por meio eletrônico, com o emprego de senha ou assinatura digital, de entidades no cadastro único de contribuintes ou no atual Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; e
- b. o exame e guarda de documentos, nos prazos legais, para eventual comprovação, dispensando-se a prévia remessa de documentos em papel.

8. Fato é que as Instruções Normativas do Ex-DNRC estabelecem que devem ser apresentadas diversas certidões negativas de quitação de tributos, de inscrição na dívida ativa da União e ainda certidões de regularidade relativas ao INSS e ao FGTS para que se possa realizar o pedido de arquivamento de atos societários na Junta Comercial.

9. No entanto, pondera-se que tais exigências extrapolariam as disposições da Lei de Registros Públicos, uma vez que os casos de “transformação de tipo jurídico, incorporação, fusão e cisão de sociedade”, previstos no art. 24 da Instrução Normativa – IN nº 88 do DNRC, e de “extinção ou redução de capital de firma mercantil individual ou de sociedade mercantil, bem como os de cisão total ou parcial, incorporação, fusão e transformação de sociedade mercantil”, previstos no art. 1º da IN nº 89 do DNRC, já seriam abrangidos pelas disposições do art. 37, inciso I, da Lei nº 8.934, de 1994.



9-A. O presente parecer analisa o Projeto de Lei n. 3687, de 2012, em duas vertentes: primeiro, analisa a constitucionalidade e plausibilidade do projeto, e, segundo, analisa a oportunidade da adoção da proposta de alteração legislativa pretendida vis-a-vis algumas inovações jurídicas e institucionais implantadas no ordenamento jurídico brasileiro após a tramitação do Projeto de Lei n. 3687/2012.

FUNDAMENTAÇÃO

ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE E PLAUSIBILIDADE DO PROJETO DE LEI

10. Diante das alegadas ilegalidades perpetradas pelos órgãos administrativos, vem, como mote, o projeto, estabelecer maior segurança jurídica e agilidade nos atos de arquivamentos societário/empresariais.

11. Assim é que em decorrência do parágrafo único do referido art. 37, 3 essas exigências do DNRC não teriam respaldo legal.

12. Insta salientar, outrossim, que o DNRC foi extinto, surgindo o DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração. Tal órgão da Administração Pública central federal exarou tempos atrás as Instruções Normativas 29/2014 e 30/2015, numa tentativa de simplificar os procedimentos de abertura e baixa societária/empresariais.

13. E, por outro lado, a Lei Complementar 123, inclusive com as alterações performadas pela Lei Complementar 147/14, também trouxe grandes avanços nesse sentido.

14. No entanto, por razões de segurança jurídica – que de certa forma barateia os custos de transação do mercado e, portanto, torna-o mais atraente – é de todo aconselhável que venha lei elencando os documentos necessários para os arquivamentos junto às Juntas Comerciais.

15. Inobstante, argumenta-se que seria salutar a alteração da redação do art. 37, inciso I, da Lei nº 8.934, de maneira que o impedimento da exigência das certidões de que tratam as mencionadas instruções normativas do DNRC fique ainda mais clara.

ALTERAÇÃO PROPOSTA NA LEI 9215/95

16. No que se refere à alteração da Lei nº 9.250, de 1995, afirma-se tratar-se de uma modificação voltada à agilização dos processos de abertura ou encerramento de uma



empresa no País, por meio do emprego de profissionais devidamente cadastrados e treinados, que inclusive firmariam um termo de responsabilidade, ficando sujeitos a fiscalização.

17. No concernente ao disposto no artigo 2º do Projeto, há quem argua sua inconstitucionalidade formal.

18. É que, para esta linha de raciocínio, o art. 37 da Lei 9.250/95 diz respeito a órgão do Poder Executivo, qual seja a Secretaria da Receita Federal, hoje Secretaria da Receita do Brasil:

Art. 37. Fica a Secretaria da Receita Federal autorizada a:

- I - instituir modelo de documento fiscal a ser emitido por profissionais liberais;
- II - celebrar, em nome da União, convênio com os Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando instituir cadastro único de contribuintes, em substituição aos cadastros federal, estaduais e municipais.

19. Com efeito, de acordo com o que resta disposto no art. 61 de nossa Magna Carta, quanto aos órgãos da administração federal, que o Presidente da República tem a competência privativa de dispor sobre o seu funcionamento, e até mesmo a sua extinção, através de simples decretos. Confira-se:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de **iniciativa privativa do Presidente da República** as leis que:

I - (...)

II - **disponham sobre:**

- a) **criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**
- e) **criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;**

20. O art. 84, IV, por sua vez determina que:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:



- a) **organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;**
- b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

21. Assim, ao “autorizar” a RCB – Receita Federal do Brasil a celebrar convênios extrapola o limite de competência do Poder Legislativo, imiscuindo-se em esfera estritamente do Poder Executivo.

22. No entanto, ousamos discordar – e com veemência – de tal opinião.

23. Senão vejamos, quando a Carta Republicana estabelece que cabe privativamente ao Presidente da República a criação de cargos, funções, extinção de ministérios (por iniciativa de projeto de lei) ou sobre a organização e funcionamento da administração federal e mesmo extinção de funções ou cargos públicos quando vagos (por decreto), ela está se referindo, mormente com relação ao aspecto “organização e funcionamento” (que aqui poderia ser o entrave) à forma e fluxo de trabalho deste ou daquele órgão ou entidade. Mas, a todas as luzes, não está dizendo que as normas que tal órgão ou entidade vai aplicar somente podem ser de iniciativa do Executivo.

24. Se assim o fosse, a Receita Federal somente poderia aplicar leis que advieram de iniciativa do Executivo. Não é preciso dizer mais para demonstrar o despautério de tal linha de pensamento, data vênia.

25. Portanto, parece-nos oportuna e constitucional tal iniciativa.

ALTERAÇÃO PROPOSTA NA LEI 8934/94

26. Quanto à esta, não parece haver dúvida quanto à sua constitucionalidade.

27. E, no mérito, é plausível a alteração sugerida no artigo 1º do PL., que trata da alteração da lei de registro mercantil.

28. A necessidade da referida alteração não decorre apenas de aspectos terminológicos. A questão de fundo é que consideramos – como também o considera o autor do projeto – que a inexactidão do comando normativo existente no art. 37 da Lei de Registros Públicos Mercantis acarreta prejuízos aos empresários que pretendam arquivar atos de transformação societária nas juntas comerciais.

29. Mais especificamente, o parágrafo único do art. 37 da Lei de Registros Públicos Mercantis estabelece claramente que, além dos documentos que já são relacionados



nos cinco incisos desse artigo, nenhum outro documento será exigido para o arquivamento, nas juntas comerciais, de documentos relativos à “constituição, alteração, dissolução e extinção” de sociedades mercantis, firmas mercantis individuais e cooperativas.

30. Não obstante, apesar dessa clara determinação legal, as juntas comerciais, extrapolando esse mandamento legal, estabelecem a necessidade de apresentação de diversos outros documentos além do rol estabelecido no referido art. 37 da Lei de Registros Públicos nos casos de “transformação de tipo jurídico, incorporação, fusão e cisão de sociedade”, entre outros. Essas exigências podem ser observadas, por exemplo, nas Instruções Normativas nos 88 e 89, de 2001, do Ex-Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, a despeito de novas orientações do DREI, como já referido.

31. Em tal cotejo, parece ser oportuno que a redação da Lei de Registros Públicos Mercantis estabeleça de forma cristalina – conforme pretende a proposição em análise – que, para os atos de “transformação societária, alteração de capital, incorporação, cisão e fusão” também não possam ser requeridos quaisquer outros documentos além daqueles estabelecidos no rol do art. 37 do diploma legal.

ANÁLISE DA OPORTUNIDADE DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PROPOSTA.

32. Fica evidente ao ler detidamente a justificação do Projeto que a proposta legislativa busca desburocratizar o processo de inscrição e alteração cadastral do CNPJ, mantido pela Receita Federal. Sob a alegação de que o processo de alteração é vagaroso e costuma demorar “em média, trinta dias”, o parlamentar vislumbra o estabelecimento de convênios com os CRCs para permitir à Receita Federal reduzir a burocracia e otimizar a modificação cadastral.

33. Apesar de bem-intencionada, a proposta parece ter sido formulada com base em premissas que não se verificam mais. A alegada morosidade do processo de alteração do CNPJ, por exemplo, foi mitigada em razão dos convênios mantidos pela Receita Federal e as Juntas Comerciais, que viabilizam a mudança cadastral simultaneamente ao arquivamento do ato societário (em um único guichê: a Junta Comercial) e sem acréscimo de prazo para deferimento.

34. Outro ponto refere-se à norma infralegal aplicável ao processo registral. A justificação do Projeto menciona algumas normas do antigo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) que exigiam diversas certidões negativas para arquivamento de atos societários envolvendo operações societárias.



35. Cumpre observar que a função normativa outrora exercida pelo antigo DNRC (prevista no art. 3º da Lei nº 8.934/1994) é atualmente desempenhada pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. O DREI possui hoje normas mais simplificadas, que não demandam mais as mesmas certidões negativas que burocratizavam o processo registral societário.

36. São exemplos de normas mais claras a Instrução Normativa DREI nº 35, de 02 de março de 2017, que dispõe sobre o arquivamento dos atos de transformação, incorporação, fusão e cisão que envolvam empresários, sociedades, bem como a conversão de sociedade simples em sociedade empresária e vice-versa, e a Instrução Normativa DREI nº 38, de 02 de março de 2017, que institui os manuais de registro de empresário individual, sociedade empresária limitada, empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli, cooperativa e sociedade anônima.

37. Ou seja, o aparente problema infralegal apontado na justificação do Projeto já foi sanado administrativamente desde a submissão do Projeto à Câmara de Deputados.

38. Desta forma, o envolvimento de contabilistas no processo de alteração cadastral do CNPJ de modo especial parece uma medida desnecessária, além de alterar a dinâmica saudável do processo registral societário. Em adendo, cumpre reconhecer as melhorias implementadas recentemente em âmbito administrativo para desburocratização do registro societário e da alteração cadastral do CNPJ.

CONCLUSÃO

39. Diante de tudo o quanto restou acima exposto, entendemos, SMJ, que (i) se por um lado, todo o projeto é constitucional e, não só plausível como também recomendável, por visar reduzir os custos de transação do mercado, criar segurança jurídica e, por fim, agilizar o registro dos atos societários/empresariais; (ii) por outro, resta enaltecer a sensibilidade legislativa do Projeto, certo de que as medidas propostas pelo mesmo têm boa intenção, mas não são mais certas frente ao quadro legislativo, regulatório e institucional atual. Logo, o Projeto não merece prosperar, mas ser reprovado.

Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 2017

Társis Nametala Jorge
Membro da Comissão Permanente de
Direito Empresarial

Gustavo Flausino Coelho
Membro da Comissão Permanente de
Direito Empresarial

35. Cumpre observar que a função normativa outrora exercida pelo antigo DNRC (prevista no art. 3º da Lei nº 8.934/1994) é atualmente desempenhada pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. O DREI possui hoje normas mais amplificadoras, que não demandam mais as mesmas certidões negativas que burocratizavam o processo registral societário.

36. São exemplos de normas mais claras a Instrução Normativa DREI nº 35, de 02 de março de 2017, que dispõe sobre o arquivamento dos atos de manifestação de incorporação, fusão e cisão que envolvam empresários, sociedades, bem como a conversão de sociedade simples em sociedade empresária e vice-versa e a Instrução Normativa DREI nº 38, de 02 de março de 2017, que institui os manuais de registro de empresário individual, sociedade empresária limitada, empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli, cooperativa e sociedade anônima.

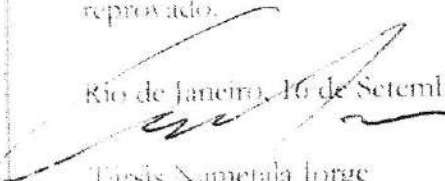
37. Ou seja, o aparente problema infralegal apontado na justificação do Projeto já foi sanado administrativamente desde a submissão do Projeto à Câmara de Deputados.


38. Desta forma, o envolvimento de contabilistas no processo de alteração cadastral do CNPJ de modo especial parece uma medida desnecessária para a alteração da dinâmica saudável do processo registral societário. Em adendo, cumpre reconhecer as melhorias implementadas recentemente em âmbito administrativo para desburocratização do registro societário e da alteração cadastral do CNPJ.

CONCLUSÃO

39. Diante de tudo o quanto restou acima exposto, entendemos, SMJ, que li-se por um lado, todo o projeto é constitucional e, não só plausível, mas também recomendável, por visar reduzir os custos de transação do mercado, clarificar o direito jurídico e, por fim, agilizar o registro dos atos societários, empresariais. Já por outro, resta enaltecer a sensibilidade legislativa do Projeto, certo de que as medidas propostas pelo mesmo têm boa intenção, mas não são mais certas frente ao quadro legislativo, regulatório e institucional atual. Logo, o Projeto não merece prosperar, mas ser reprovado.

Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 2017


Tarsis Namenda Jorge
Membro da Comissão Permanente de
Direito Empresarial


Gustavo Plausino Coelho
Membro da Comissão Permanente de
Direito Empresarial

Apresento a
transmissão
do 6º Plano
em 10/12/2018
para o Presidente da Câmara de
Deputados e
Políticos do
Projeto de Lei
21/03/2018
Assinado por
Assessoria Jurídica



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Ofício nº PR-063/2018

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Senhor Deputado,

O INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, em sessão plenária do dia 21 de março do corrente ano, aprovou parecer da lavra dos Consócios Doutores Társis Nametala Jorge e Gustavo Flausino Coelho, da Comissão de Direito Empresarial, proferido na indicação nº 043/2017, sobre "Projeto de Lei nº 3687/2012, de autoria do Deputado Irajá Abreu, que "Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País".

Para conhecimento de Vossa Excelência encaminho cópia do Parecer na expectativa de que possa merecer a sua judiciosa apreciação, bem como contribuir para o aperfeiçoamento da ordem jurídica democrática.

Respeitosamente,

Tércio Lins e Silva
Presidente Nacional

Excelentíssimo Senhor

Deputado **EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS FILHO**

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados

Gabinete: Anexo IV, 7º andar, gabinete 744

CEP: 70160-900 - Brasília - DF



Instituto dos Advogados Brasileiros
Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil
Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173
www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br

Ofício nº PR-062/2018

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Senhor Presidente,

O INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, em sessão plenária do dia 21 de março do corrente ano, aprovou parecer da lavra dos Consócios Doutores Târsis Nametala Jorge e Gustavo Flausino Coelho, da Comissão de Direito Empresarial, proferido na indicação nº 043/2017, sobre "Projeto de Lei nº 3687/2012, de autoria do Deputado Irajá Abreu, que "Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País".

Para conhecimento de Vossa Excelência encaminho cópia do Parecer na expectativa de que possa merecer a sua judiciosa apreciação, bem como contribuir para o aperfeiçoamento da ordem jurídica democrática.

Respeitosamente,



Tércio Lins e Silva
Presidente Nacional

Excelentíssimo Senhor
Deputado **RODRIGO MAIA**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Gabinete: 308 - Anexo: IV
CEP: 70160-900 - Brasília - DF